



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento
Humano e Saúde – PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**O ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NUMA ESCOLA TÉCNICA: LIMITAÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

AVELINA PEREIRA NEVES

ORIENTADORA: Prof.^a MSc. Nadja Ramos de Ávila

Brasília, abril de 2011.



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento
Humano e Saúde – PGPDS



AVELINA PEREIRA NEVES

**O ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NUMA ESCOLA TÉCNICA: LIMITAÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Monografia apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar, à Comissão Examinadora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a MSc. Nadja Ramos de Ávila

Brasília, abril de 2011.

TERMO DE APROVAÇÃO

AVELINA PEREIRA NEVES

Monografia de Pós-Graduação submetida ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Apresentação ocorrida em ___/___/2011.

Profª. MSc. Nadja Ramos de Ávila - Orientadora - UnB/IP/PED

Professor Francisco Neylon UnB/IP/PED

Brasília, abril de 2011.

À minha filha Luna e ao meu pequeno Pablo,
Inspiração e renovação de energias.

À minha família que mesmo nesse momento de dor pela perda de um irmão, um ajuda o outro a não se entregar ao sofrimento e seguir em frente.

A todos os professores que extrapolam o papel de educador e são amigos, companheiros, encorajadores, terapeutas e acima de tudo seres humanos exemplares.

A DEUS

Senhor, no apagar das luzes de mais uma vitória que Tu nos concedes, venho agradecer-te por tudo aquilo que foi conquistado nessa caminhada, toda saúde, paz e conhecimento adquirido.

Cerram meus ouvidos a toda calúnia.

Guarda minha língua de toda maldade.

Que só de bênçãos se encha meu espírito.

Senhor reveste-me de tua beleza.

E que, no exercício de nossa profissão, possamos te revelar a todos aqueles quantos se achegarem a nós.

AOS MESTRES

O agradecimento sincero e às mestras em especial a tutora que também me orientou neste trabalho final, Nadja Ramos de Ávila, meu respeito, meu afeto e minha gratidão.

Às demais mestras que me ensinaram a cada módulo me convidando a voar em sua sabedoria, mesmo sabendo que este voar dependeria da confiança em minhas asas. Pela presença on-line, virtual ou presencial marcaram minha vida, enchendo-a de descobertas e deslumbramento. Sendo aqueles, que me levaram muito além das teorias, dos estudos e das técnicas, todo o meu carinho e reconhecimento.

AOS MEUS PAIS E MEUS IRMÃOS

Estou em mais um dos momentos realização e com a certeza de que tudo não existiria, se um dia meus pais não tivessem confiado em um amor, em uma vida e em um projeto de união.

Tenho a convicção de que, a cada vitória que a vida me proporcionou ou proporciona, meus pais estavam e estão por trás dela, como estiveram em cada momento de minha existência, juntamente com meus irmãos e irmãs que torcem incondicionalmente para o meu sucesso. Em especial à memória do meu irmão Antônio Pereira Neves que foi, de forma brutal, retirado do nosso convívio, porém sabemos que hoje é o nosso anjo condutor.

Hoje sou uma mulher mais forte, porque amo cada um de meus amigos e familiares e posso dizer mais uma vez obrigada a todos por tudo!

*“Quando te sinto menino, volto no tempo.
És minha máquina do tempo!
Te abraço e sinto vontade de embalar teus sonhos....
Sinto até remorso, confesso, do tempo que não dediquei a ti.
Mas, eu prometo a mim, prometo a ti,
Prometo à vida,
Cada momento que a vida me puser perto de ti, Amim,
Amor,
Amém”.*
(Moema, mãe de um aluno com paralisia cerebral)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo verificar como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em uma Escola Técnica do Distrito Federal. Foram realizados dois estudos de caso, ambos com alunos portadores de paralisia cerebral matriculados em cursos técnicos profissionalizantes. Os resultados da pesquisa revelam que o curso técnico profissionalizante exige competências e habilidades específicas. Foram identificadas as seguintes dificuldades: falta de formação continuada do professor, falta de recursos materiais, falta de adequação do ambiente, comunicação, percepção e aprendizagem lentas, necessidade do docente em conquistar a confiança desses alunos, a exigência de uma maior atenção a esses alunos em conflito com a falta de tempo e a grande número de alunos em sala de aula. Esse estudo encontra-se organizado em quatro capítulos: no primeiro, haverá a fundamentação teórica, refletindo sobre a inclusão numa perspectiva de profissionalizar o aluno com necessidades educacionais especiais; no segundo, apresentar-se-á a metodologia; no terceiro, serão realizadas as considerações sobre a análise e coleta de dados; e, no último capítulo, as considerações finais, além de ser encontrada a resposta para a problemática aqui estabelecida: como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE) em escola técnica?

Palavras-chave: Necessidades Especiais, Profissionalização, Inclusão, Curso Técnico.

ABSTRACT

This study aimed to verify how the process of including pupils with special educational needs in a Technical School of the Federal District. We performed two case studies, both with cerebral palsy students enrolled in vocational technical courses. The survey results reveal that the course requires technical skills and vocational skills. We identified the following difficulties: lack of continuous training of teachers, lack of material resources, lack of suitability of the environment, communication, perception and learning slowly, the teacher needing to win the trust of these students, the need for greater attention to these students in conflict with the lack of time and large number of students in the classroom. This study is organized into four chapters: first, there will be a theoretical basis, reflecting a view on the inclusion of professionalizing the student with special educational needs, in the second will present the methodology, in the third, will take place considerations about the analysis and data collection, and in the last chapter, the final considerations, in addition to being found the answer to the question set forth herein: how does the process of including pupils with special educational needs (ANEE) in technical school?

Keywords: Special Needs, Professionalization, Inclusion, Technical Course.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 Refletindo sobre a inclusão em uma perspectiva de profissionalizar o aluno com necessidades educacionais especiais	12
1.1.1 Políticas Públicas e Adequação Curricular: Bases Necessárias para uma Inclusão Escolar	16
1.1.2 O Antagonismo entre a Teoria da Inclusão e sua Prática Diária	19
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	23
2.1 Objetivos	23
2.1.1 Objetivo Geral:	23
2.1.2 Objetivos Específicos:	23
2.2 Fundamentação Metodológica	23
2.3 Contexto da Pesquisa	25
2.4 Sujeitos de Pesquisa	26
2.5 Instrumentos de Pesquisa	27
2.6 Instrumentos de Construção de Dados	28
2.7 Procedimentos da Construção de Dados	28
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE E COLETA DE DADOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXO 1	41
ANEXO 2	42

APRESENTAÇÃO

O objetivo geral da pesquisa ora apresentada é verificar como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escola técnica. Entre os objetivos específicos estão: identificar as competências e habilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais necessárias para a inclusão e permanência desse aluno em cursos técnicos profissionalizantes; levantar as adaptações necessárias para que sejam atendidos de forma adequada e, finalmente, analisar os ajustes que devem ser feitos em uma grade horária para atendê-los de forma adequada.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um tema que intriga não somente os profissionais da educação, como também a família desse aluno, porque na maioria dos casos a grande preocupação é como esse indivíduo ingressará no mercado de trabalho e, sendo assim, uma formação técnica profissional pode abrir portas e criar expectativas positivas para tal inclusão no mercado de trabalho.

Esse tema de pesquisa surgiu pela emergência em identificar as perspectivas de alunos com necessidades educacionais especiais em Cursos Técnicos Profissionalizantes, fazendo uma reflexão sobre quais as competências e habilidades esse aluno deve ter para ingressar, permanecer e concluir o curso com a perspectiva de sucesso no mercado de trabalho.

No estudo sobre a metodologia proposto por Maciel (2010), destaca-se como o conhecimento torna o professor pesquisador apto para enfrentar as situações desafiadoras do cotidiano.

Uma vez apto para enfrentar tais situações, esses professores tendem a compreender, respeitar e valorizar as diferentes culturas de seus alunos, fazendo com que as mesmas sejam pontos de partida para o seu fazer pedagógico cotidiano... Dessa forma, o professor abre espaço para o diálogo entre os saberes escolares e as culturas dos alunos, fazendo do ensino-aprendizagem um processo de cruzamento fértil entre as mesmas (SCHÖN, 1992, p. 46).

Nessa perspectiva, foram identificadas as seguintes questões exploratórias: Como se dá a inclusão dos alunos com necessidades especiais numa escola de cursos técnicos profissionalizantes? Quais os ajustes e adaptações que deverão ser feitas? Quais as dificuldades encontradas pelos docentes, discentes e grupo de apoio? Quais as reais limitações? Quais os desafios? Quais as possibilidades de permanência e conclusão desse

curso? Quais as possibilidades para a inserção, desse aluno no mercado de trabalho? Quais as perspectivas desse aluno e de seus familiares em relação a um curso técnico?

O *locus* da pesquisa realizada teve como contexto uma Escola Técnica de uma região administrativa de Brasília – Distrito Federal, com uma boa estrutura física, com recursos financeiros próprios, com profissionais bem qualificados, apresentando uma comunidade heterogênea, na qual o corpo discente são moradores locais e do entorno do DF.

Tendo em vista essas considerações, esta monografia está ordenada nos seguintes capítulos: no primeiro, haverá a fundamentação teórica, refletindo sobre a inclusão numa perspectiva de profissionalizar o aluno com necessidades educacionais especiais; no segundo, apresentar-se-á a metodologia; no terceiro, serão realizadas as considerações sobre a análise e coleta de dados; e, por último, as considerações finais, que abordará a resposta para a problemática aqui estabelecida: como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE) em escola técnica?

*"O saber 'entra' pelos sentidos e não somente pelo intelecto"
.(Frei Betto)*

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Refletindo sobre a inclusão em uma perspectiva de profissionalizar o aluno com necessidades educacionais especiais

Conforme Stainback e Stainback (1997), na década de 1980, surgiu um novo paradigma, fruto de ações implementadas ao longo dos anos, com base na filosofia da inclusão. A expressão “integração” foi aos poucos substituída por reinserção do indivíduo na estrutura normal da escola e na vida em comunidade. Assim, a inclusão visa não deixar ninguém excluído do ensino regular.

A inclusão é um processo mundial e, no Brasil, esse processo está embasado por leis tais como LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996) e Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2001), estabelecendo vários níveis diferenciados de ação, no que se refere à sua natureza: política, administrativa e técnica, que "deve ser paulatinamente conquistada" (CARVALHO, 1997).

Referindo-se ao processo de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns, Aranha (2001) destaca que isso “significa acolher, dentre a diversidade que constitui esse universo, mais um segmento populacional, que é o representado pelos alunos com deficiência”.

Percebe-se que, atualmente, a Educação Especial está em foco, ocupando espaço na literatura, na mídia, nos congressos, principalmente, a partir da Conferência de Educação para Todos (1990).

Com a Declaração de Salamanca, foi desencadeado o debate sobre o movimento mundial da inclusão para todos. Na literatura, já há conhecimento produzido suficiente para avançar além do discurso ideológico, produzindo conhecimento para uma educação inclusiva de qualidade (SAILOR; GEE; KARASOFF; 1993; GLAT, 1998, GODOY, 1999).

Dessa forma, no Brasil ainda estamos longe da Proposta de "Educação para todos com qualidade", pois muitas recomendações, resoluções e deliberações não foram implementadas na prática. Consequentemente, ainda temos, no mundo todo, principalmente nos países em desenvolvimento, altos índices de exclusão social. Estudos têm mostrado que

crianças com necessidades educacionais especiais em situações de ensino regular têm melhor desempenho social e acadêmico, quando comparadas às que só recebem Educação Especial, destacando a importância da fusão da Educação Especial com a Educação Regular (STAINBACK; STAINBACK, 1992; STRULLY; STRULLY, 1996), pois o sucesso deste processo tende a relacionar-se com as condições oferecidas e o grau de comprometimento da deficiência (FREEMAN; ALKIN, 2000).

Alguns estudos ainda apresentam que as populações com deficiências mais severas são os maiores entraves para a inclusão escolar (MACMILLAN; GRESHAM; FORNESS, 1996; FOX; YSSELDYKE, 1997). Autores como Sailor, Gee e Karasoff (1993) e Thompson, Wickham, Wegner e Ault (1996) destacam que a inclusão pode ser realizada mediante o apoio da família, iniciando precocemente e colocando os suportes possíveis centrados na sala de aula comum. Pois "vários modelos de arranjos entre o professor da sala comum e o professor especialista estão mostrando resultados expressivos" (SAILOR; GEE; KARASOLFF, 1993, p. 10).

Os estudos sobre inclusão ainda são modestos em quantidade, porém, dentre os publicados, predominam os descritivos e os estudos de casos, com ênfase maior para a caracterização de serviços e percepções de profissionais do que para o desenvolvimento de programas ou estudos experimentais (MILLER; FULLMER; WALLS, 1996; NUNES; GLAT; FERREIRA; MENDES, 1998 e 2001). Para se fazer uma avaliação das pesquisas sobre implementação de estratégias de ensino, é relevante que se faça um estudo mais abrangente e minucioso. É por meio da pesquisa que se poderá validar empiricamente procedimentos que possam favorecer os alunos com necessidades educacionais especiais. O aprimoramento das políticas públicas depende de acompanhamento e avaliação sistemática. Caso contrário, atuaríamos no terreno de suposições que sujeitam as políticas à fragilidade e à descontinuidade.

Beaupré (1997) aponta a importância de se enfatizar a evolução pedagógica dos alunos integrados. Neste sentido, torna-se um objetivo imprescindível no processo de inclusão escolar favorecer a aprendizagem acadêmica.

O objetivo específico deste estudo consiste em conhecer o histórico de vida, a forma de ingresso e os objetivos de dois alunos, considerados alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE), sendo um aluno de 35 anos, com diagnóstico de Paralisia Cerebral; um com 33 anos, que teve AVC aos 22 anos, inseridos no curso técnico de uma

escola pública regular profissionalizante. Dessa forma, pretendeu-se identificar as limitações dos alunos, as limitações dos professores em atendê-los, as limitações que o próprio curso impõe, os desafios para superar essas limitações e as perspectivas para esses jovens futuros formandos em curso técnico profissionalizante.

Buscou-se várias medidas, o que permitiu a utilização de informações sistematizadas para embasar futuras intervenções, pesquisas, contribuições e quem sabe até diretrizes para a política de inclusão educacional real e exitosa, contribuindo para abrir o foco para esses dois casos de alunos que tiveram paralisia cerebral, um que apresenta paralisia cerebral desde seu nascimento que chamaremos *aluno A* e o outro com sequelas de Acidente Vascular Cerebral aos 22 anos, que chamaremos *aluno B*.

Rosa (2008, p 23) afirma que

Paralisia cerebral congrega um grupo de afecções permanentes do sistema nervoso central sem caráter progressivo e de instalação no período neonatal. Há várias abordagens terapêuticas para a paralisia cerebral com possíveis benefícios ao paciente, porém poucas embasadas em evidências científicas indiscutíveis.

Um dos casos estudados nessa investigação científica, especificamente, o *Aluno B*, tem diagnóstico de Hemiplegia, que é um tipo de paralisia cerebral, pelo Hospital Sarah.

As seqüelas físicas decorrentes das doenças cerebrovasculares podem comprometer, em maior ou menor grau, a capacidade de executar tarefas motoras. Essas tarefas compreendem as funções relativas aos cuidados pessoais e de mobilidade básica das pessoas com hemiplegia. Essa condição determina uma perda da autonomia podendo levar à dependência de outras pessoas. Os comprometimentos motor e sensorial são fatores que interferem nessa autonomia, na capacidade execução e controle do ambiente físico, para realizar suas atividades de vida diária. (VAN DILLEN; ROACHE, 1989; SASSAKI, 1997,p.73).

A paralisia cerebral não é uma condição progressiva, embora os sintomas possam oscilar entre a falta de jeito quase imperceptível e a espasticidade grave, em todas as formas de paralisia cerebral. A fala pode ser de difícil entendimento devido à dificuldade em controlar os músculos que intervêm na pronúncia das palavras.

Segundo a mesma autora, são inúmeras as causas de paralisia cerebral, desde o desenvolvimento congênito a trabalho de parto prolongado, dentre outros fatores, que desencadeiam enormes dificuldades psicomotoras e de inclusão social (ROSA, 2008).

A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e sua inclusão na sociedade está relacionada à busca dos mesmos por direitos sociais. No que se refere ao emprego e alternativas de renda, direito de poder transitar livremente no meio social, bem como ter acesso a bens e serviços públicos. A preocupação com a colocação do portador de deficiência no âmbito profissional começou a se estender para o meio empresarial somente a

partir da aprovação de leis específicas que tentam assegurar esse direito (TANAKA; MANZINI, 2005; RIBAS, 2007). As empresas públicas e privadas estão sendo desafiadas a implantar programas para assegurar o acolhimento à diversidade humana nos locais de trabalho.

O contexto atual em que as empresas estão inseridas está exigindo adaptações da postura adotada perante a sociedade. A aceitação da chamada “diversidade” no mercado não aconteceu naturalmente. O governo, frente à dificuldade de colocação de minorias no mercado de trabalho, fez intervenções, como a adoção de cotas a fim de solucionar o problema. Diante da posição do governo, as organizações precisam se ajustar buscando profissionais, não apenas que se encaixem nas cotas, mas que também contribuam para a produtividade das instituições.

No Brasil, a situação da pessoa com deficiência teve um tratamento mais relevante a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que considera ilegal a discriminação no salário e na admissão. Em 1991, a Lei nº. 8.213/1991, no art. 93, que trata sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, instituiu as quotas para empresas privadas. Para que a lei de quotas, como é conhecida, seja posta em prática, é necessário que as empresas privadas se adaptem, reestruturem seus ambientes e políticas. Seguindo tal regulamentação, as empresas com mais de cem funcionários vêm contratando pessoas com deficiência, mas o processo, ainda, não está claro (SARNO, 2006).

Aliado ao cumprimento da lei de 1991, a responsabilidade social das organizações tornou-se um importante fator para que esse cenário se transforme, a partir da flexibilização das exigências genéricas para a composição de seus quadros, de modo a, objetivamente, abrir suas portas a esse grupo social em evidente estado de vulnerabilidade.

A integração da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho e sua inserção na sociedade estão relacionadas à busca dos mesmos por direitos sociais, no que se refere ao emprego e alternativas de renda, direito de poder transitar livremente, no meio social, bem como ter acesso a bens e serviços públicos, pois Mazzilli (2001) afirma que a pessoa portadora de deficiência (motora, sensorial, intelectual) é inteira, no que diz respeito à dignidade e direitos.

Este trabalho apresenta como proposta a identificação das ações predominantes para o processo de inserção dos colaboradores portadores de deficiência no mercado de trabalho, visando atender as exigências legais e cumprir com seu papel na sociedade.

Em síntese, o mercado de trabalho pode ser comparado a um campo de batalha: de um lado, as pessoas com deficiência e seus aliados, empenhando-se arduamente para conseguir alguns empregos; e de outro, os empregadores, praticamente desesperados e desinformados sobre a questão da deficiência, recebendo ataques furiosos por não preencherem as vagas com candidatos com deficiência tão qualificados quanto os candidatos sem deficiência (SASSAKI, 2006, p. 57).

Ademais, ainda vale ressaltar que “a grande maioria dos projetos que preconizam a qualificação da pessoa portadora de deficiência não logra resultados exitosos por estar distanciada do mercado de trabalho, bem como dos novos processos de transformação do sistema produtivo” (BRASIL, 1996, p. 61).

A complexidade da dinâmica do mercado de trabalho contemporâneo, altamente competitivo, exige cada vez mais agregar competências e habilidades no perfil e na qualificação dos candidatos. E, no tocante à particularidade das pessoas com necessidades especiais, dentre essas os que sofreram paralisia cerebral, tornam-se mais vulneráveis às exclusões nesse mercado de trabalho. Assim, há uma necessidade urgente de criar políticas públicas, através de leis, que da mesma forma que na dinâmica imposta pelo mercado sejam constantemente reavaliadas e readequadas para efetivo êxito nas práticas cotidianas de inclusão dessas pessoas.

1.1.1 Políticas Públicas e Adequação Curricular: Bases Necessárias para uma Inclusão Escolar

Para o exercício da democracia, é essencial que as políticas públicas, por conseguinte, introduzam a acessibilidade para que se garanta a inclusão da pessoa com deficiência física ao gozo dos direitos usufruídos pelos demais cidadãos.

Atualmente, a Educação Especial tem sido definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos. Conforme define a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania.

Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se, transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto,

organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais.

A análise de diversas pesquisas brasileiras identifica tendências que evitam considerar a educação especial como um subsistema à parte e reforçam o seu caráter interativo na educação geral. Sua ação transversal permeia todos os níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior, bem como as demais modalidades – Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

Uma proposta de adequação curricular deve ser feita levando em consideração o cotidiano da escola, as necessidades e capacidades dos seus estudantes e os valores que orientam a prática pedagógica (BRASIL, 2005). Assim permitindo à escola uma atuação que atenda às especificidades dos educandos.

As três habilidades conceituadas a seguir devem ser trabalhadas para formar um estudante que possa concluir seus estudos e ter autonomia em sua vida, de acordo com as professoras Diva Albuquerque Maciel e Erenice Natália Soares de Carvalho em seu artigo *“Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002”*

1. Habilidades conceituais – relacionadas aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação. São exemplos dessas habilidades: a linguagem (receptiva e expressiva); a leitura e escrita; os conceitos relacionados ao exercício da autonomia;
2. Relacionadas à competência social. São exemplos dessas habilidades: a responsabilidade; a autoestima; as habilidades interpessoais; a credulidade e ingenuidade (probabilidade de ser enganado, manipulado e alvo de abuso ou violência etc.); a observância de regras, normas e leis; evitar vitimização;
3. Relacionadas ao exercício da autonomia. São exemplos: as atividades de vida diária: alimentar-se e preparar alimentos; arrumar a casa; deslocar-se de maneira independente; utilizar meios de transporte; tomar medicação; manejar dinheiro; usar telefone; cuidar da higiene e do vestuário; as atividades ocupacionais – laborativas e relativas a emprego e trabalho; as atividades que promovem a segurança pessoal (MACIEL; CARVALHO 2002).

Ainda hoje e sempre se questionara: “Qual é o termo correto a ser empregado ao se referir a essas pessoas: portador de deficiência, pessoa portadora de deficiência, portador de necessidades especiais ou pessoas especiais?”.

Em cada época, historicamente, contundentemente são utilizados termos diferentes para abordar o assunto e para denominar as pessoas com deficiência, que sempre tentam ser compativelmente adequados com os valores vigentes nas sociedades.

No Brasil, no final da década de 1950, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente). Ainda naquele período, surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Em seguida, surgiu inadequadamente o termo “inválido”, exposto no Decreto Federal nº 60.501/1967, o qual relatara que “a reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos [...]”. Outros segmentos jornalísticos, como o Diário Popular, de 21/4/1976, descreveram que “inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes”; ainda o jornal Folha de São Paulo, 20/7/1982, publicara que “Servidor inválido pode voltar”. E a revista IstoÉ, 7/7/1999, publicara a matéria “Os cegos e o inválido”. Todas essas expressões, entre outras que se vê cotidianamente, denotam evidentes rompimentos ao princípio da igualdade e violam a dignidade da pessoa humana esculpida no bojo da Constituição Federal Brasileira.

Por meio da luta e da pressão de organizações de pessoas com deficiência, a Organização das Nações Unidas (ONU) denominou o ano 1981 como “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”. Percebe-se que foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país. E então o “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa e o termo foi adotado em toda legislação pertinente.

Nos anos 1990, surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pessoas especiais”, numa tentativa de amenizar o contexto da palavra “deficiente”. Surgiram críticas acirradas de diversos setores e segmentos da sociedade, uma vez que o termo “portadores” faz alusão a “carregadores”, pessoas “portam” (levam) uma deficiência. Além disso, especialistas entendiam que o termo “direitos especiais” era contraditório porque as pessoas com deficiência exigiam equiparação de direitos e não direitos especiais.

Finalmente, em 2006, a questão foi pacificada mundialmente na Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência em que ficou definido o termo a ser adotado: “pessoas com deficiência” – em todos os idiomas sejam em expressões orais ou escritas.

1.1.2 O Antagonismo entre a Teoria da Inclusão e sua Prática Diária

Muito se fala, muito é lido e noticiado sobre inclusão. Existem leis que regulamentam a questão, porém a falta de sintonia entre o que se divulga e o que acontece na prática diária é enorme.

No Brasil, observa-se notoriamente que há uma profunda falta de estrutura física e humana para atender qualquer aluno deficiente. A exemplo, pode-se facilmente observar a falta de estrutura física para atender um aluno cadeirante, não havendo rampas de acesso, não há banheiro adaptado. Em relação a esse quadro o Conselho de Psicologia (CFP) relata que

No Brasil de hoje, apenas 4,8% das escolas públicas de educação básica possuem, por exemplo, sanitários adequados aos alunos com necessidades especiais e apenas 3,7% delas possuem adaptações nas dependências e vias de acessos especiais. Do discurso à prática, é gigantesca a distância entre os projetos e os trabalhos de educação inclusiva aos portadores de necessidades especiais. (IBGE, 2000)

Ademais, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada 100 brasileiros, no mínimo 14 apresentam alguma limitação física ou sensorial.

Ressalta-se que, atualmente, em Estados Democráticos modernos, comumente as pessoas com deficiência têm proteção garantida por leis, que visam à inclusão nos mais variados segmentos sociais, seja na acessibilidade, seja na educação, seja no mercado de trabalho, no lazer, dentre outros espaços e aspectos da vida social.

Acessibilidade é definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da Norma NBR-9050/94, que dispõe acerca da “acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos”, como sendo “a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano”.

A gênese da Política Pública ora denominada Acessibilidade se deu em 1981, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou como o Ano Internacional dos Portadores de Deficiência. Em 3 de outubro de 1982, através da Resolução nº 37/1982, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovado o Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência, equalizando o direito das pessoas com deficiência às mesmas oportunidades que os demais cidadãos além de usufruir de melhorias nas condições de vida resultantes do avanço econômico e social.

Este programa demonstra o significado de impedimento, deficiência, incapacidade, que são definições da Organização Mundial de Saúde (OMS), como também aponta os conceitos de prevenção, reabilitação e equiparação de oportunidade, que são incorporados à discussão, dos quais se destacam os seguintes aspectos:

- Impedimento – Situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais). [...] O impedimento está em função da relação entre as pessoas incapacitadas e seu ambiente. [...] Essa relação ocorre quando essas pessoas enfrentam barreiras culturais, físicas ou sociais que a impedem de ter acesso aos diversos sistemas da sociedade à disposição dos demais cidadãos. O impedimento é, portanto, a perda ou a limitação das oportunidades de participar na vida da comunidade na igualdade de condições com os demais.
- Equiparação de oportunidades é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade – como o meio físico e cultural, moradia e transporte, serviços sociais e de saúde, oportunidade de educação e de trabalho, vida cultural e social, inclusive instalações desportivas e de lazer – se torna acessível a todos. Deste modo, constata-se que o impedimento está no ambiente e nas barreiras criadas neste que impedem a pessoa deficiente física de deter isonomia de possibilidades e igualdade de direitos.

Prado (2006, p. 9) enfatiza que:

[...] não é possível pensar em uma cidade que não se proponha a rever seu planejamento discutindo programas/ações com metas para facilitar a circulação, a interação, promovendo a inclusão das pessoas com deficiências e aquelas com mobilidade reduzida, que por conta de alguma limitação temporária [...] se vêem limitadas.

Assim, o objetivo da acessibilidade é permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a um número maior de pessoas, até mesmo àquelas que tenham reduzido a sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar, para que usufruam os espaços com mais segurança, confiança e comodidade. Simon (2006, p.12) amplia essa perspectiva, ao afirmar que objetiva-se

Assegurar a essa significativa parcela da população bens e direitos é obrigação do Estado, que deve zelar pela concretização dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, sempre pautados na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Para

tanto, respaldado pelo princípio da igualdade, deverá expedir norma que garanta o usufruto desses bens e o gozo desses direitos.

Sabe-se que diversas leis no Brasil têm surgido com o intuito de promover a inclusão social dos deficientes físicos. A Constituição Federal Brasileira de 1988, nos arts. 227 e 244, propõe a acessibilidade nas cidades, nas edificações e nos transportes. A lei dispõe sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (CF, art. 227, § 2º).

Em dezembro de 2004, foi publicado o Decreto nº 5.296, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo. Ainda destaca-se a Lei nº 10.098/2000, que pode ser considerada o *Estatuto de Acessibilidade*, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O conceito de acessibilidade adotado pelo Decreto é amplo e envolve um microssistema, desde a concepção de vias de acesso, de calçadas públicas, de terminais, de veículos adaptados à capacitação de pessoal para o necessário e adequado atendimento.

O Programa de Acessibilidade, dentre outros aprimoramentos instituídos nos últimos anos, revela-se, sobretudo, como facilitação de acesso nas edificações públicas ou privadas, no espaço público, logradouros e seu mobiliário, na educação, nas comunicações e sinalização, investe também no sistema de transportes, desde o embarque até o desembarque de passageiros, ao garantir direito de ir e vir – um dos direitos primordiais do cidadão estabelecido na Constituição Federal – com segurança e autonomia, a partir do qual tantos outros direitos são decorrentes.

É notório que o desenvolvimento deste projeto significa melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano do país. Devido à dimensão territorial do Brasil, suas peculiaridades regionais, geográficas, econômicas, culturais e de infraestruturas. Cabe ressaltar que o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) tem realizado estudos aprofundados, que visam diagnosticar a realidade do país e encontrar as melhores soluções técnicas para que o Programa de Acessibilidade. Percebe-se que a legislação nacional que protege a pessoa portadora de deficiência é incisiva.

É necessário, contudo, que tanto o Estado como a sociedade firmem políticas de observância irrestrita dessa legislação. A Instituição do Ministério Público tem importante papel neste sentido, porque, mais do que simplesmente auxiliar na conscientização dos atores sociais, na compreensão do motivo pelo qual devem ser

instituídas essas formas de proteção, tem mecanismos que possibilitam a efetividade concreta dessa legislação. A maior parte dos ambientes sejam construídos ou não, apresenta barreiras visíveis e invisíveis. Constituem-se barreiras visíveis os impedimentos concretos, entendidos como a falta de acessibilidade dos espaços. As invisíveis compõem a forma como as pessoas são vistas pela sociedade, na maior parte das vezes representada pelas suas deficiências e não pelas suas potencialidades (SÍMON, 2006, p. 13).

Verifica-se que, fundamentalmente, deva existir para o usuário não só o direito de acessar a rede de informações, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

De acordo com alguns estudos, denota-se uma enorme dificuldade dessa temática associada à concepção de páginas para a *web*. Dados do W3C (Consórcio para a WEB) e da WAI (Iniciativa para a Acessibilidade na Rede) apontam situações e características diversas que o usuário pode apresentar, como dificuldade visual, incapacidades de uso de teclados e *mouse*, incapacidade de ver, ouvir ou deslocar-se, dentre muitos outros aspectos. Essas diferentes situações e características precisam ser levadas em conta pelos criadores de conteúdo durante a concepção de uma página de *internet* para que assim possa se garantir o acesso eficaz a todo e qualquer indivíduo. Para ser realmente fator potencializador de acessibilidade, cada projeto de página deve proporcionar respostas simultâneas a vários grupos de incapacidade ou deficiência e, por extensão, ao universo de usuários da *web*.

A Acessibilidade deve estar presente também nas edificações, no meio urbano, nos transportes públicos e nas suas mútuas interações, e, inclusive, na comunicação virtual, conforme a exigência legal.

O objetivo da acessibilidade é permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a uma gama maior de pessoas, até mesmo àquelas que tenham reduzida sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar, para que usufruam dos espaços e das benesses que os ambientes podem lhe proporcionar.

*“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.*
(Paulo Freire)

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral:

Verificar como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE) em escola técnica.

2.1.2 Objetivos Específicos:

- Identificar as competências e habilidades dos ANEE necessárias para a inclusão e permanência desse aluno em cursos técnicos profissionalizantes;
- Levantar as adaptações necessárias para que esse ANEE seja atendido de forma adequada;
- Analisar os ajustes que devem ser feitos em uma grade horária para atender o ANEE;
- Oferecer subsídios aos pais, professores e demais interessados, para promover projetos e programas que atendam às necessidades de profissionalização desses alunos.

2.2 Fundamentação Metodológica

A metodologia utilizada no presente trabalho foi exploratória. Gil (2007, p. 130) afirma que este tipo de pesquisa define um conjunto de amplas categorias relativas ao comportamento social básico. Em contraponto, Severino (2007) pontua que a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2007), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Geralmente, esse tipo de pesquisa abrange levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas que tiveram experiências relativas ao problema pesquisado, além da análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A abordagem utilizada foi qualitativa, cujo objetivo da análise é construir a teoria através dos dados. Para Roesch (2007), a pesquisa qualitativa é apropriada para melhorar a efetividade de um programa e no caso de proposição de planos, ou seja, quando se trata de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção a partir disso. Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento, que se tem dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo (YIN, 2005). Marconi e Lakatos (2001) apontam que o estudo de caso examina fenômenos contemporâneos dentro do contexto atual, descrevendo completamente os fenômenos e realizando análises práticas e teóricas. Segundo Yin (2005, p. 111):

As fontes de evidências são as mais comumente utilizadas ao realizar estudos de caso: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Este escopo reúne grande número de informações detalhadas pelo diferencial de técnicas de coleta de dados que oferece. (MARTINS; LINTZ, 2000 apud Yin, 2005, p. 111).

Por apresentar tais características tornou-se o mais adequado à proposta. Complementa-se ainda que o objeto de estudo refere-se às ações predominantes para o processo de inserção de alunos com necessidades especiais em cursos técnicos. Para tanto, a unidade de análise escolhida foi uma escola de cursos técnicos profissionalizantes, considerada uma das melhores escolas profissionalizantes do Distrito Federal.

A princípio, para este estudo, foi selecionado um grupo de oito alunos, porém pela dificuldade em pesquisar cada um desses alunos, por serem de cursos, turnos e modalidades diferentes, optou-se em focar apenas no caso de dois alunos que tiveram paralisia cerebral.

Para a elaboração da pesquisa, foi necessário seguir as seguintes etapas:

Num primeiro momento, através de pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento dos fatores legais que regem a inclusão de alunos com necessidades especiais. Além de pesquisar a literatura relacionada à paralisia cerebral.

Em outro momento, aplicamos a entrevista semiestruturada a dois alunos, à mãe de um e a uma amiga do outro, representando um membro da família e aos profissionais da

escola. Em seguida, analisamos os dados coletados, para assim poder identificar o processo de inclusão desses alunos num curso técnico visando à colocação futura desses alunos no mercado de trabalho.

Araújo e Oliveira (1997, p. 11) sintetizam a pesquisa qualitativa como um estudo que

[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Sendo assim, a pesquisa científica ora apresentada adotou a metodologia qualitativa, na qual se utiliza o questionário como instrumento de investigação. Também como forma de registro utilizamos o gravador e a filmagem.

Foi delineado neste trabalho como estudo de caso, caracterizando como uma estratégia de pesquisa, não somente porque se apresenta como um objeto empírico, mas pelas características que o estudo se configurou, cumprindo certas exigências, como: foi um estudo intensivo; preservou o caráter único do objeto investigado; ocorreu no ambiente natural do objeto e foi limitado quanto a tempo, eventos ou processos.

Foi feito o estudo de caso do processo de inclusão de dois alunos com necessidades educacionais especiais para ser possível em algum momento fazer comparações, em que o foco é bastante específico: como se dá a inclusão desses alunos num curso técnico e posteriormente no mercado de trabalho.

Os métodos e técnicas de coletas de dados foram pesquisa documental, por meio do histórico escolar do aluno; entrevista com os alunos, com seus professores e profissionais que trabalharam com eles, narrativa descritiva e depoimentos.

2.3 Contexto da Pesquisa

O contexto da pesquisa foi uma Escola Técnica do Distrito Federal que oferece os cursos de Técnico em Eletrônica, Eletrotécnica, Informática e Telecomunicações.

Os candidatos a ingressar nessa instituição são classificados em ordem decrescente, conforme os pontos obtidos, segundo as opções por cursos e turnos. O preenchimento das vagas é feito de acordo com a classificação obtida pelo candidato, conforme o número de vagas oferecidas pela Escola, prevalecendo a sua pontuação. Na

hipótese de empate, na soma dos pontos obtidos, os critérios de desempate obedecerão à seguinte ordem: 1º - Maior pontuação em Matemática; 2º - Candidato mais idoso.

O resultado oficial dos selecionados, após análise dos recursos, é divulgado em data pré-determinada. São pré-requisitos para ingressar em cursos dessa escola: Ser egresso do ensino médio ou equivalente; Estar cursado o 2ª ou a 3ª série do ensino médio; Documentação: RG, CNH ou CT. O candidato também deve participar do Processo Classificatório, o qual apresenta uma nova alternativa de formação profissional, que se destina àqueles alunos desejosos em complementar sua formação em um Curso Técnico, com duração mínima de 04 semestres para os Cursos técnicos em Informática, Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações.

2.4 Sujeitos de Pesquisa

Os alunos que participaram dessa pesquisa foram dois daqueles oito que estão sendo atendidos pelo Serviço de Orientação Educacional e sala de recursos. Ambos tiveram paralisia cerebral, sendo que um teve paralisia neonatal, chamaremos *aluno A* e o outro, aos 22 anos, teve acidente vascular cerebral com sequela denominada hemiplegia, que denominaremos *aluno B*. Nos anexos, encontram-se três exemplares dos questionários de pesquisa direcionados aos alunos, a pelo menos um familiar de cada, aos professores que os atendem, bem como aos profissionais que atuam com esse público.

Assim, representando um familiar do *aluno A*, foi entrevistada a mãe, que descreveu o seguinte histórico:

O *aluno A* nasceu em 1974 em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, teve PC (Paralisia Cerebral). Entrou na escola em 1974, com quatro anos de idade, na ABBR (Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação). Paralelamente, fazia tratamento com fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, natação especial (aprendeu a flutuar na água), terapia ocupacional. Nesta associação mantinha a escola especial, localizada no Jardim Botânico, o *aluno A* concluiu as séries iniciais do Ensino Fundamental. Já na 5ª série, foi para uma escola pública regular, na qual a mãe era diretora. Assim, ele concluiu as séries finais do Ensino Fundamental.

A mãe sempre acompanhou de perto seu desenvolvimento acadêmico, físico, motor e social, especializou-se em Educação Física Especial na Universidade Castelo Branco-

RJ, ainda fez outra especialização em Atividade Física Terapêutica, no Departamento de Educação Física da Universidade de Brasília.

O aluno A foi estudar no Centro de Ensino Supletivo da Asa Sul (CESAS) Lá ele passou por muitas dificuldades, mas conseguiu terminar o Ensino Médio. Participou como atleta das paraolimpíadas, por isso ficou afastado da escola por uns 5 anos, dedicando-se aos esportes e viagens.

Após esse período, fez vários cursos de informática, a mãe queria que ele fizesse faculdade particular, porém ele não queria fazer de forma alguma afirmando que “*faculdade é uma máfia*”.

Atualmente, o *aluno A* tem 36 anos e não consegue avançar as etapas do curso. Esse caso traz a reflexão sobre quantos alunos nessa situação veem a Escola Técnica como uma alternativa para ter uma profissão e prover seu próprio sustento, mas não conseguem continuar os estudos pelas barreiras encontradas tanto em si mesmo, pela própria limitação física, motora ou cognitiva, quanto nas escolas.

Apresentaremos a seguir o caso do *aluno B*, que teve acidente vascular cerebral, aos 22 anos, resultando na paralisção do seu lado esquerdo. Por esse motivo, teve sequelas como: dificuldades na aprendizagem, defasagem na vida acadêmica, dificuldade para andar e o braço e mão esquerdos sem coordenação. Atualmente, encontra-se no 3º semestre do curso técnico em Eletrônica, apesar de ter repetido um semestre. No momento, ele está com 33 anos, vem conseguindo avançar as etapas do curso e já está fazendo estágio na própria escola em eletrônica com seu esforço pessoal e ajuda de uma colega em especial. As dificuldades são enormes para continuar os estudos, segundo o próprio aluno e sua colega que o acompanha desde o início, mas ele está conseguindo se superar e superar suas limitações, por meio de seu empenho, treino sistemático e constante.

2.5 Instrumentos de Pesquisa

Para construção dos dados foram utilizados os seguintes materiais:

- Roteiro para entrevista;
- Redação;
- Observação na escola e em sala de aula;

- Máquina para filmagens e gravações de entrevista;
- Questionários escritos (anexos).

2.6 Instrumentos de Construção de Dados

A escolha do tema “O Aluno com Necessidades Educacionais Especiais numa Escola Técnica: Limitações, Desafios e Possibilidades”.

Quanto às pessoas envolvidas na pesquisa, foram focados dois casos de inclusão na Escola Técnica de Brasília, com dois alunos que tiveram paralisia cerebral, um identificado como *aluno A*, atualmente fazendo o curso de informática, já concluiu o Ensino Médio e quer trabalhar com informática. O outro que está indicado como *aluno B* que também já concluiu o Ensino Médio regular, no momento está fazendo o curso de eletrônica para ter uma profissão.

2.7 Procedimentos da Construção de Dados

Os dados foram construídos por segmento entrevistado: o segmento familiar representado pela mãe do aluno *A* e o próprio estudante. Em relação ao *aluno B*, foi entrevistada uma colega que também é irmã adotiva e o próprio aluno. O segmento dos profissionais da Escola Técnica representados, nesse estudo, pelos professores que atendem os alunos, a psicopedagoga da instituição pesquisada, a professora da sala de recursos, as bibliotecárias e professores do estágio que estão em constante contato com os alunos na Escola Técnica. Esse público foi selecionado com o intuito de expor uma abordagem sistemática, justificando-se através de uma maior clareza para sua interpretação. Posteriormente, serão apresentadas as sugestões e considerações finais sobre os resultados obtidos.

"O saber que não vem da experiência não é realmente saber"

(Lev Vygotsky)

CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE E COLETA DE DADOS

Foram aplicados dezessete questionários com perguntas abertas para treze profissionais da Escola em foco, sendo oito professores que ministram aulas aos alunos que tem paralisia cerebral e estão fazendo curso técnico, sendo: uma psicopedagoga, duas bibliotecárias e uma professora da sala de recursos, bem como a um familiar de cada aluno e aos dois alunos que tiveram paralisia cerebral. Obtivemos as seguintes considerações em relação ao que foi perguntado:

Segundo a mãe do *aluno A* com necessidades especiais, a escola precisa se adaptar ao aluno cadeirante, pois possui apenas uma rampa de acesso na frente da escola. Seria necessário ter nas outras dependências também, pois a porta do banheiro é estreita para passar com a cadeira de rodas, faltam equipamentos, como um teclado de borracha, adequado à pessoa que tem dificuldade em controlar os músculos. Inclusive, um professor que trabalha com robótica se comprometeu a construir um teclado próprio para o aluno com teclas de borrachas e letras maiores.

De acordo com a amiga, irmã de criação, do *aluno B*, ele está conseguindo prosseguir com o curso devido seu esforço pessoal, sendo muito empenhado e se sobressaindo em relação aos outros colegas. Não apresenta diferença em relação à turma e observa que sua maior dificuldade é o manuseio das ferramentas para fazer os trabalhos de eletrônica, porque tem os movimentos do lado esquerdo comprometidos pela hemiplegia. Por estar estudando com ele desde o início do curso, avalia que ele tem aprendido e se desenvolvido muito, dentro do limite dele.

A escola na visão do *aluno A* é muito boa, e é ele quem precisa se dedicar mais. Porque no primeiro semestre se matriculou em todas as matérias, mas não conseguiu concluir nenhuma. Já no segundo semestre se matriculou em apenas duas, mas também não conseguiu concluí-las. Neste semestre, está matriculado em duas disciplinas, e promete se dedicar mais para conseguir prosseguir com o curso.

Ele relata que seu desejo de fazer um curso técnico surgiu porque viu uma matéria sobre os cursos profissionalizantes, num jornal de grande circulação do Distrito Federal. A partir disso, ficou muito interessado em fazer o curso de telecomunicações, por ser uma escola pública. Fez a prova de admissão e passou na segunda tentativa, quando seguiu a orientação de um professor que o aconselhou a primeiro fazer o curso de informática e, posteriormente, fazer o curso inicialmente desejado.

Atendeu à orientação do professor e está gostando muito do curso. Deseja se profissionalizar em informática e trabalhar nessa área. Quando a entrevista foi feita com os professores, as respostas e pontos de vistas se dividem em duas categorias:

Os que acreditam que eles possam terminar o curso e realizar trabalhos desde que tenham máquinas e equipamentos adequados e os que defendem que eles só estão na escola para passar o tempo e que não vão conseguir concluir o curso, porque para isso eles necessitariam de um mínimo de coordenação motora, o que determina sua limitação profissional.

Podem-se analisar as respostas dos profissionais da escola da seguinte forma:

Em relação à pergunta sobre a oferta de cursos de formação para os profissionais que trabalham com inclusão, dos doze profissionais entrevistados, apenas a psicopedagoga respondeu que existe a oferta desses cursos, os demais disseram que não lhes foram oferecidos cursos de formação e que são informados pelo serviço de orientação educacional sobre o histórico ou síndrome de cada aluno.

Sobre as dificuldades encontradas em sua prática diária em sala de aula, os professores dos dois alunos ressaltam: falta formação continuada do professor, faltam recursos materiais, inadequação do ambiente, falta de comunicação, percepção e aprendizagem lentas, dificuldade em conquistar a confiança desses alunos, exigência de maior atenção a esses alunos em conflito com a falta de tempo e o grande número de alunos em sala de aula. Dois professores foram incisivos em relatar sobre a dificuldade em se comunicar com o aluno por não entender o que ele fala, devido à dificuldade em controlar os músculos que intervêm na pronúncia das palavras.

Sobre o porquê de ter escolhido trabalhar em uma escola de cursos técnicos, a psicopedagoga respondeu que a carga horária noturna foi o grande atrativo; as bibliotecárias disseram que são professoras readaptadas em suas funções, por isso não podem autar em sala de aula. Dos professores, sete responderam em decorrência da formação acadêmica em

informática ou engenharia que possibilita ministrar aulas nesses cursos; um professor fala da qualidade do curso que se aproxima do ensino superior; outro justifica que a atuação nesses cursos abre um campo de pesquisa que ele gosta muito; já um último professor entrevistado diz que acredita que pode contribuir com a melhoria da qualidade do ensino público.

Quanto à formação acadêmica desses profissionais, verificou-se que dos doze:

- Dois tem licenciatura plena em Matemática, sendo que uma professora tem também bacharelado em Ciência da Computação e o outro o curso de Engenharia incompleto;
- Seis são bacharéis, licenciados ou pós-graduados em Informática, sendo que um deles também tem formação em Eletrônica;
- Dois são engenheiros elétricos, sendo um deles doutorando em Engenharia pela Universidade de Brasília.

Em relação ao desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais, é importante destacar que, nas disciplinas específicas, para facilitar a compreensão, separamos as respostas dos professores em relação a cada aluno.

O aluno A: Deveria ser feita uma avaliação do cognitivo do aluno, pois não observa avanço no aprendizado; já outro professor diz que o desempenho do aluno é muito fraco e outro professor afirma que depende do aluno.

O aluno B: Um professor relata que após a superação da desconfiança, os alunos progredem dentro de um ritmo determinado e pelos conhecimentos prévios, pois a grande dificuldade depois de se conquistar a confiança do aluno é a falta de pré-requisito da disciplina; outro relata que o aluno adquire as competências e habilidades muito tempo depois dos demais colegas; outro considera que o aluno apresenta um desempenho satisfatório se observadas as suas limitações. Apenas um professor considerou ótimo o desempenho do aluno.

Quanto ao que deve ser feito para que o aluno tenha um melhor desempenho, destacam-se na opinião dos professores entrevistados:

- 1) Maior assistência;
- 2) Reunir a equipe da sala de apoio com todos os professores e explicar sobre esses alunos com necessidades especiais;

- 3) Traçar diretrizes para proporcionar melhores atitudes de ensino e aprendizagem;
- 4) Oferecer aulas em tempo integral, dobrando o número de aulas;
- 5) Reduzir o número de alunos por turma;
- 6) Investir em equipamentos para alunos especiais;
- 7) Utilizar recursos pedagógicos;
- 8) Favorecer o acompanhamento médico, terapêutico e psicológico;
- 9) Adequar o material didático, as ferramentas tecnológicas e o ambiente escolar.

Somente um professor citou que deveria fazer uma triagem desse aluno, não sendo claro sobre a finalidade dessa ação.

Finalmente, em relação às perspectivas desses alunos no mercado de trabalho, considera-se relevante também separar os dois casos:

Em relação ao aluno A: Um professor não vê avanço no aprendizado do aluno; já o outro acredita que, dependendo da área de atuação, o trabalho poderá ser exercido naturalmente; enquanto outro professor diz que no mercado privado esse profissional com necessidades especiais não tem nenhuma chance, mas no público tem por causa das cotas, que podem atingir 20% das oportunidades. Faz-se necessário relatar a situação desse aluno que ingressam numa instituição e que por não ter um atendimento diferenciado e bem direcionado acabam desistindo de continuar e concluir o curso.

Em relação ao aluno B: Um professor afirma que são ótimas as perspectivas; outro diz que são grandes; uma professora as considera boa porque o mercado de trabalho sempre absorve os profissionais com necessidades especiais em decorrência da reserva de cotas, mas são necessárias a formação e conclusão do curso; outro afirma que são iguais as dos estudantes sem necessidades especiais, observando as limitações de cada um. Já outros discordam, argumentando que vai depender muito da empresa e dos funcionários; outro diz que são poucas, porque o mercado está cada vez mais exigente e cresce tecnologicamente muito rápido, o que é complicado para pessoas que demoram muito a aprender, uma sugestão seria tornar-se auxiliar de um técnico experiente. Outro diz que além de depender do aluno, ainda é muito complicado para alguns casos.

A fim de fazer uma análise que traga uma resposta para a questão problemática (como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escola técnica?), verificamos que ainda não houve a inclusão do aluno A, que teve paralisia cerebral, porque ele está sem estímulo, falta às aulas e não sabe se continuará o curso. Porém, houve avanço porque o currículo nos dois últimos semestres está sendo adaptado às necessidades desse aluno. Nesse sentido, neste semestre está fazendo uma matéria, sendo esta uma ação que contribui com a inclusão desse aluno. O seu histórico consta que ele está no 3º semestre e não conseguiu concluir nenhuma disciplina. No primeiro, fez todas as disciplinas e não conseguiu rendimento; no segundo, fez duas matérias; atualmente, faz apenas uma disciplina, mas está desestimulado.

Já o aluno B, que teve acidente vascular cerebral, está cursando o 3º semestre, sendo que só reprovou em um semestre, o que não diferencia dos outros alunos. Apesar das dificuldades, utilizando seu esforço pessoal, a ajuda das profissionais do Serviço de Orientação Educacional, dos professores e dos colegas, ele está conseguindo desenvolver suas habilidades e competências necessárias para ser um profissional de sucesso.

As leis brasileiras têm se aperfeiçoado visando à integração e equiparação de direitos de todos os cidadãos. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 37/1952, em dezembro de 1982, criando o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, e consta que, no mundo, pelo menos uma a cada dez pessoas detém alguma deficiência e a presença da deficiência repercute pelo menos 25% de toda a população. Esse mesmo documento ressalta que, em países em desenvolvimento, o percentual estimado das pessoas com deficiência vai para 20%, e, se incluídos famílias e parentes, os efeitos adversos da deficiência podem afetar 50% da população.

Deste modo, a Acessibilidade tem de estar presente principalmente nas habitações, pois é expressivo o número de pessoas que restam excluídas da sociedade e ficam isoladas em suas residências, e, em muitos casos, limitadas ao espaço do próprio quarto, uma vez que não dispõem de portas suficientemente largas, banheiros parametrizados para circulação de uma cadeira de rodas.

Diariamente, não há como dissociar a acessibilidade da internet, que igualmente demanda política pública eficaz para garantir a todos os direitos à informação, à cultura, e ao lazer. A falta de condições mínimas, bem como a não disponibilização dos direitos que lhe competem, faz com que as pessoas com deficiência estejam impedidas de circular pelas ruas

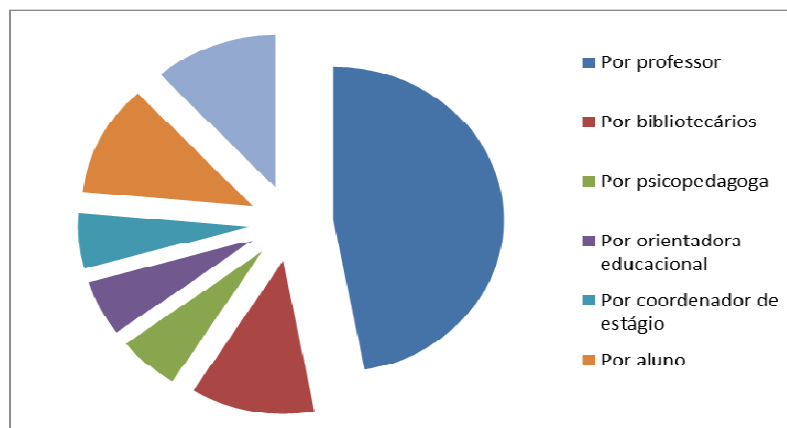
da cidade, utilizar o transporte coletivo, entrar nas edificações públicas e privadas, ou mesmo navegar na rede mundial de computadores, sendo obrigadas à eliminação social, sem garantias de direitos constitucionalmente fundamentais, ao sucumbir o direito de ir e vir, o que desencadeia a denegatória do acesso à educação, à saúde, ao trabalho e ao lazer.

Revela-se importante o envolvimento prático interdisciplinar de diversas áreas governamentais, sociais e empresariais, para a criação, manutenção e fiscalização de políticas públicas que minimizem a exclusão visando à gradativa extinção e a implantação concreta da igualdade de oportunidades para a totalidade dos indivíduos, o que por certo atingirá o escopo máximo do que é ser democracia.

Percebe-se através dos resultados obtidos que a escola e seus profissionais atuam favorecendo a inserção de alunos com necessidades especiais, porém, a expectativa desses no mercado de trabalho ainda é uma incógnita. Assim, há dificuldades em se promover um curso adaptado para aluno com necessidades educacionais especiais, mas não é impossível. Também cabe ressaltar que os frutos desta formação profissional não servirão somente para o aluno e seus familiares, mas para a sociedade.

Tabela 1 - Quantidade de questionários por categoria dos entrevistados:

Por professor	8
Por bibliotecários	2
Por psicopedagoga	1
Por orientadora educacional	1
Por coordenador de estágio	1
Por aluno	2
Por familiares	2
Total de entrevistados	17



Sendo assim, é relevante o estudo sobre os alunos, com o diagnóstico de necessidades educacionais especiais, que alimentam o sonho de estudar e chegam à Escola Técnica, pois a investigação deste processo permite analisarmos quais procedimentos são necessários para favorecer a inclusão desses alunos e quais mecanismos contribuem para a sua permanência na escola, além de estabelecer diretrizes para ações e/ou políticas necessárias para promover a conclusão do curso, bem como a inserção deles no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se através dos resultados obtidos que a escola e seus profissionais atuam favorecendo a inserção dos alunos com necessidades especiais, porém, a expectativa de de inserção no mercado de trabalho ainda é uma incógnita.

A escola foco de nossa pesquisa, que oferece quatro cursos técnicos profissionalizantes (Eletrotécnica, Informática, Telecomunicações e Eletrônica), ainda não tem um campo físico (estrutura) totalmente satisfatório, mas pelo menos em relação à sensibilização (comportamental) a escola está promovendo ações que impactam positivamente no crescimento da consciência e posterior sensibilidade dos profissionais. Isso é fundamental para que as mudanças ocorram conforme a lei estabelece, ao tempo que se firmem as políticas de responsabilidade não somente social como também compromisso individual dos que se relacionam com o futuro profissional do aluno com necessidades educacionais especiais.

Sugere-se a criação de políticas públicas que favoreçam a capacitação dos profissionais de escolas técnicas profissionalizantes para que tenham um melhor preparo para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais; que haja investimento em tecnologias para que estas escolas tenham materiais adequados para o ideal atendimento, oferecendo teclados adaptados e melhore a estrutura física da escola. É necessário também que tais discentes tenham oportunidades no mercado de trabalho, não somente com trabalhos simples como empacotador de supermercado, mas outros que utilizem mais sua capacidade intelectual e cognitiva.

Este trabalho poderá ter continuidade se forem divulgadas as ideias aqui discutidas e mais pessoas se interessarem pela real inclusão de pessoas com necessidades especiais. O que se vê são profissionais e familiares lutando por uma vida mais igualitária para que os seres que nasceram ou adquiriram alguma necessidade especial tenham uma vida mais digna, mais humana, mais feliz e possam também sentir-se úteis à sociedade.

Considerando a relevância da inclusão de alunos com necessidades especiais em cursos técnicos profissionalizantes, têm-se como recompensa a profissionalização de pessoas que substituirão a dependência por autonomia e satisfação pelo fato de estarem inseridas utilmente no mercado de trabalho.

Como afirmamos mais acima, a dificuldade de se promover um curso adaptado para um aluno especial pode e deve ser superada, pois os frutos desta formação profissional não servirão somente para o aluno e seus familiares, mas para a sociedade.

A fim de apresentar a resposta para a questão problemática (como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE) em escola técnica?), concluímos que, até o momento, o aluno A, que teve paralisia cerebral neonatal, ainda não representa um caso de inclusão, porque ele está sem estímulo, falta às aulas e não sabe se continuará o curso. Já está no 3º semestre e não conseguiu concluir nenhuma disciplina, apesar dos ajustes de carga horária, e está fazendo apenas duas matérias por semestre. Já o aluno B, que teve acidente vascular cerebral aos 22 anos, está cursando o 3º semestre do curso de Eletrônica e a escola antecipou o estágio a partir deste semestre. Apesar das dificuldades enfrentadas, o aluno B, contando com seu empenho pessoal, a ajuda das profissionais do Serviço de Orientação Educacional, o apoio dos professores e colegas, está prosseguindo com o curso.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: *Novas Diretrizes da Educação Especial*. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2001. p. 12-17.
- ARAÚJO, Luiz A. D.; PRADO, Adriana R. A. *Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 9.
- ARAÚJO, Luiz A. D.; SIMÓN, Sandra L. *Defesa dos direitos das pessoal portadores de deficiência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 280.
- BEAUPRÉ, P. O desafio da integração escolar: ênfase na aprendizagem acadêmica. In: MANTOAM, M. T. E. (Org.). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, Editora SENAC: 1997, p. 162-166.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.
- _____. Parecer nº 17/2001. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.
- CARVALHO, R. E. *A Nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- _____. A escola como espaço inclusivo. In: IV Congresso de Educação de Presidente Prudente 2000, *Revista de Anais...* Presidente Prudente, 2000, p. 11-16.
- CUNHA, Edílson Alkmin da (Trad.). *Programa de ação mundial para as pessoas com deficiência*. Brasília: Corde, 1996.
- DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GLAT, R. Inclusão total: Mais uma utopia? *Revista Integração*, n. 20, p. 27-28, 1998.
- GODOY, H. P. *Inclusão de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular Paulista: Recomendações Internacionais e Normas Oficiais*. Dissertação de mestrado - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1999.
- JÖNSSON, T. *Inclusive education*. Hyderabad Índia: THPI, 1994, 158p.

MACIEL, Diva Albuquerque; CARVALHO, Erenice Natália Soares de. *Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002*. Temas em Psicologia da SBP - 2003, Vol. 11, nº 2, 147– 156, 2003.

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma, In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, Editora SENAC: 1997.

MENDES, E. G. Raízes Históricas da Educação Inclusiva. *Seminário Avançado sobre Educação Inclusiva*. [Artigo] UNESP - Marília/SP: Mimeo, 2001.

NUNES, L. R. D. P.; GLAT, R.; FERREIRA, J. R.; MENDES, E. G. *Pesquisa em Educação Especial na Pós-Graduação*. Rio de Janeiro: 1998. v. III. (Série Questões Atuais em Educação).

_____. Questões atuais em Educação Especial: A pesquisa em Educação Especial na pós-graduação. Relatório de Pesquisa/CNPq, 2001.

SAILOR, W.; GEE, K.; KARASOFF, P. Full Inclusion and School Restructuring. In: SNELL, M. E. *Instruction of student with severe disabilities*. New Jersey: Prentice Hall, 1993.

SANTOS, M. P. Educação Especial, inclusão e globalização: algumas reflexões. *INES: Espaço*, jun., p.13-21, 1997.

SÃO PAULO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia: 5 a 9 de março de 1990, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância: Brasília: 1991). In: *O Correio da UNESCO*. Ano 9, n. 3, v. XXXVIII e v. XXXIX, UNESCO, 1995.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Um guia para educadores*. Magda França Lopes (Trad.) Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999. (Trabalho original publicado em 1986).

STRULLY, J. L.; STRULLY, C. As amizades como um objetivo Educacional: o que aprendemos e para onde caminhamos. In: Stainback, S.; Stainback, W. 1999. *Inclusão um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996. p. 169-183.

VASQUEZ, A. D. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Trabalho apresentado no GT-15 Educação Especial).

Sites acessados:

Disponível em: <www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde>. Acesso em: 24 set. 2007.

Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>, Acesso em: set. 2008.

Disponível em: <www.redepsi.com.br/portal>. Acesso em: out. 2008.

ANEXO 1
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 1

TEMA: O Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

Numa Escola Técnica: Limitações, Desafios e Possibilidades.

Nome do aluno: _____

Sexo: F () M ()

Quantos anos? _____ com quantos anos entrou na escola? _____

Quando foi alfabetizado? _____

Onde e quando terminou o Ensino fundamental? _____

Faz outro curso ou já fez? Qual ou quais? _____

Qual a necessidade Especial?

Qual semestre está cursando? Há quanto tempo está na escola técnica? E quais as adaptações curriculares necessárias?

Por que escolheu a escola técnica?

Qual o curso que está fazendo? Por que escolheu esse curso?

O que pretende após concluir esse curso?

Que dificuldades você encontra no curso técnico?

O que poderia ser feito para melhorar seu desempenho no curso?

Este questionário foi elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso de Avelina Pereira Neves para obtenção de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva UAB/UnB. Trata-se de um estudo científico, não é necessário identificar-se. As informações solicitadas são de caráter confidencial e só serão divulgadas no meio acadêmico.

ANEXO 2
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 2

TEMA: O Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

Numa Escola Técnica: Limitações, Desafios e Possibilidades

Nome do professor/profissional: _____

Sexo: F () M ()

Quanto tempo trabalha com alunos com necessidades educacionais especiais?

Foi oferecido algum curso ou subsídios técnicos, pedagógicos para facilitar seu trabalho didático com o ANEE? Quais?

Qual ou quais as dificuldades encontradas em sua prática diária com esse alunos?

Qual a sua formação como docente? Por que escolheu trabalhar com cursos técnicos?

Qual disciplina leciona? Qual o curso? Como é o desempenho do ANEE em sua disciplina?

O que você acha que deve ser feito para que esse aluno tenha um melhor desempenho?

Quais as perspectivas no campo de trabalho para esses alunos?

Este questionário foi elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso de Avelina Pereira Neves para obtenção de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva UAB/UnB. Trata-se de um estudo científico, não é necessário identificar-se. As informações solicitadas são de caráter confidencial e só serão divulgadas no meio acadêmico.

ANEXO 3
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 3

TEMA: O Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

Numa Escola Técnica: Limitações, Desafios e Possibilidades

Nome do familiar: _____

Grau de parentesco: _____ Sexo: F () M ()

Quanto tempo convive com o aluno com necessidades educacionais especiais?

Conte resumidamente o histórico de vida e depois o acadêmico desse aluno:

Foi oferecido algum curso ou subsídios técnicos, pedagógicos ou emocionais para facilitar seu
convívio diário a PNEE? Quais?

Qual ou quais as dificuldades encontradas em dia a dia?

Qual a sua formação acadêmica? Qual sua profissão?

Em que o cuidado com a PNEE toma seu tempo? Por quê? Como é o comportamento do
PNEE em sua casa?

O que você acha que deve ser feito para que esse aluno tenha um melhor desempenho?

Quais as perspectivas no campo de trabalho para esse aluno?

Este questionário foi elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso de Avelina Pereira Neves para obtenção de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva UAB/UnB. Trata-se de um estudo científico, não é necessário identificar-se. As informações solicitadas são de caráter confidencial e só serão divulgadas no meio acadêmico.